

## PROJETO DE VOTO DE SAUDAÇÃO Nº 250/XV/1ª

### Pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina

O Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF), é assinalado pelas Nações Unidas, a 6 de fevereiro. A observação da data foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2012 e, em 2015, a MGF foi também incluída expressamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito do Objetivo 5.3, que apela à eliminação de todas as práticas nocivas.

Ao nível global, estima-se que esta prática ponha em risco mais de três milhões de meninas e jovens todos os anos e que cerca de 200 milhões de mulheres e meninas tenham já sido submetidas a esta prática tradicional nefasta, sendo que os dados internacionais sugerem que a MGF é praticada em pelo menos 92 países do mundo.

A MGF é simultaneamente uma forma de violência baseada no género e uma questão de proteção infantil que faz parte de um conjunto de práticas nefastas que ainda persistem na atualidade e é abordada em diversas convenções, acordos internacionais e nacionais, nomeadamente através da Convenção de Istambul que Portugal ratificou.

Em Portugal, seguindo as orientações da Convenção de Istambul, a MGF é considerada crime autónomo desde 2015, sendo punido com pena de prisão de dois a 10 anos.

Temos, desde 2014, um sistema de sinalização de mulheres afetadas pela MGF residentes em território nacional e, de acordo com o mais recente relatório da Direção-Geral da Saúde (DGS) que traça um panorama de casos verificados ou comunicados em unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no nosso país foram registados 433 casos de Mutilação Genital Feminina (MGF) entre janeiro de 2018 e dezembro de 2021.

Estima-se que existam mais de 6.000 mulheres portuguesas, com mais de 15 anos, excisadas e que serão cerca de 500 mil em toda a União Europeia.

Para promover a eliminação da MGF são necessários esforços coordenados e sistemáticos, envolvendo entidades, associações e comunidades, focados nos direitos humanos, na igualdade de género e nas necessidades de saúde sexual e reprodutiva das mulheres e meninas que sofrem as suas consequências.

E, como afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, “Se quisermos atingir o nosso objetivo global de eliminar a MGF até 2030, precisamos de aumentar dez vezes a taxa de progresso. Mas o custo da inação é muito mais elevado. Acabar com a



MGF é essencial para acabar com todos os tipos de violência contra mulheres e meninas e alcançar a igualdade de género.”

Neste sentido, a Assembleia da República saúda o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, reafirmando o seu compromisso no combate pela erradicação deste flagelo e o seu empenho na defesa dos direitos das meninas e mulheres ameaçadas ou sujeitas a esta prática nefasta.

Palácio de S. Bento, 27 de Janeiro de 2023

As/Os Deputadas/os,

Paula Cardoso  
Fernando Negrão  
Mónica Quintela  
Ofélia Ramos  
André Coelho Lima  
Emília Cerqueira  
Sara Madruga da Costa  
Cristiana Ferreira  
Catarina Rocha Ferreira  
Clara Marques Mendes  
Hugo Carneiro  
Joaquim Pinto Moreira  
Lina Lopes  
Márcia Passos  
Sofia Matos